

## Uma avaliação das Audiências da Reforma

Aos Membros participantes do GT DUR e à comunidade universitária

Participei, como membro do GT Democracia Universitária da Reforma, das audiências públicas coordenadas pela Comissão de Sistematização do CONSU realizadas no ICHS, no IZ, no IB e no IM e no P1 nestas últimas semanas. Não pude participar das audiências realizadas em Três Rios e Campos dos Goytacazes. Seguem alguns registros de minhas avaliações.

1. Os eventos foram importantes, apesar da participação foi relativamente pequena – com exceção no IM. Minha impressão é a de que a comunidade universitária acompanha o debate à distância e acredita que o CONSU tomará as melhores decisões a partir das teses escritas nas propostas do GT DUR, do GT PROIN e GT da COG.

2. A idéia de que os cursos de graduação e pós-graduação devem ser responsabilidade direta das Unidades Acadêmicas está incluída nas três propostas. É assim, uma idéia vencedora.

3. Apesar de alguma incompreensão inicial, a proposta mista de Institutos e Centros do GT DUR – com planos plurianuais e compromissos presentes e futuros com graduações, mestrado e doutorado – pareceu-me ser aquela que teve melhor acolhimento dentre os participantes das audiências, principalmente pelo seu caráter democrático de não-imposição e sim decisão e posicionamento da comunidade acadêmica na futura organização. Se vencedora essa tese impõe um período de transição de intenso debate no interior dos campos científicos existentes na Universidade visando construir a nova organização Universitária, sem nenhuma restrição a fusões, desmembramentos e criações de Unidades Acadêmicas a não ser a vontade das diferentes bases universitárias e as suas condições efetivas de existência.

4. A união das atuais competências dos atuais CEPE e CONSU como competências de um único CONSU, unindo, assim, as dimensões orçamentárias e financeiras com as dimensões de ensino, pesquisa e extensão em um único Colegiado Superior – nos moldes como já funciona com sucesso na UFSC – foi muito bem acolhida. A eficácia desta união só foi realmente compreendida quando esclarecemos que ela envolve a democratização das responsabilidades e competências das Câmaras Intermediárias e dos CEPEs das Unidades Acadêmicas. Para ser consistente e eficaz – e democratizante – o CONSU proposto pelo GT DUR tem que ser associado à ampliação significativa da autonomia e do poder de deliberação dos Colegiados das Unidades Acadêmicas – que na proposta do GT DUR teria da denominação de CEPE da Unidade e não mais Conselho Departamental – e à atribuição de algumas competências deliberativas às Câmaras Intermediárias - que incluiriam todos os campos temáticos atribuídos à responsabilidade executiva das Pró-reitorias –, bem como de uma maior e mais efetiva representação das Unidades Acadêmicas nestas Câmaras. As Câmaras não perdem seu caráter de apoio e de conselheira do CONSU. Adquirem ainda algumas competências deliberativas e de busca de consenso entre os representantes das Unidades Acadêmicas na definição de políticas afeitas a cada uma das Câmaras, que assim seriam encaminhadas para decisão do CONSU. Todas essas modificações vão aliviar as pautas do CONSU reservando este espaço para articulações e consensos gerais – transparentes - nas definições das políticas universitárias. Este seria o verdadeiro caráter do CONSU.

5. As propostas do GT DUR, quanto às Pró-reitorias e as Câmaras Intermediárias também foram bem recebidas, em especial, a criação das Câmaras e das Pró-reitorias de Pesquisa, Tecnologia e Inovação, de Planejamento e Avaliação, de Extensão e Cultura e de Finanças e Administração. Garantem ainda o campo temático e administrativo das esferas do Ensino de Graduação, do Ensino de Pós-graduação e dos Assuntos Estudantis.

6. Houve também uma ótima aceitação da representação proporcional das Unidades Acadêmicas no CONSU, com ampliação –via eleições- das representações docentes (estes por Unidade Acadêmica) e discentes e de servidores (ambos relativos a toda a Universidade) com

redução relativa do peso da Reitoria (e seus pró-reitores) e dos Diretores de Institutos no órgão máximo da Universidade.

7. O destaque que o GT DUR deu à necessidade de dar eficácia à coordenação dos cursos de graduação, com a constituição dos Colegiados Executivo, Ampliado e do Fórum de cada curso – com distintas competências e com regulamentações gerais e específicas da graduação também foi bem acolhida.

8. Foi importante também a insistência e paciência do Prof. Raimundo em destacar, nas quatro audiências em que esteve presente, a natureza da universidade projetada no Art. 1º e no texto integral do próprio Estatuto, alertando para a complicação que poderá surgir se optar-se por uma miscelânea de partes de uma proposta com parte de outras, em especial, destacou sua preocupação com o Art. 1º da proposta do GT da COG.

9. Cumpre registrar que na última audiência a do PI (Gustavão), provavelmente por razões diversas, não foi identificado nenhum participante que falasse em nome do GT da COG e nem do GT PROIN. Todo o debate foi centrado em cima das teses apresentadas na proposta do GT DUR. Em uma visão otimista, vejo isto como positivo, devido ao acolhimento de nossas teses junto à comunidade universitária explícito nas audiências e à expectativa quanto ao acolhimento dessas teses pelo Conselho Universitário em suas decisões da Reforma.

Aproveito para parabenizar os trabalhos da Comissão de Sistematização e agradecer a todos os participantes das audiências o interesse e a paciência que tiveram em ouvir nossos representantes e nossas teses sobre a natureza, espírito e a forma organizacional da Universidade que queremos.

Saudações Universitárias

Roberto José Moreira

16/09/2010